

Município de Mesão Frio



Relatório Anual 2013

Execução do Plano de Saneamento Financeiro

(n.º7, do artigo 40.º, da Lei das Finanças Locais)

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
2	EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO	4
3	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	5
3.1	BALANÇOS	5
3.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	7
4	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL	9
5	CONCLUSÃO	11

1. Introdução

Por força do n.º 7, do artigo 40.º, da Lei das Finanças Locais, os Municípios durante o período de vigência do contrato, do PSF, deverão com a apresentação anual das contas à Assembleia Municipal incluir, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro.

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), efetuado no Município em 2010, incluía a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazos, até ao montante de 4.900.000,00€, para um período de 12 anos, com 3 anos de carência, tendo o mesmo sido aprovado pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respetivamente, em 04 de junho e 22 de setembro de 2010.

Por outro lado, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 06 de dezembro do mesmo ano, apenas a partir dessa data foram liquidados os montantes agrupados na listagem de dívidas constantes do PSF, tendo para o efeito utilizado até 30/11/2011, o montante de 4.539.601,70€, podendo-se constatar um desvio face ao previsto no estudo inicialmente elaborado de 360.398,30€.

Este desvio deve-se ao facto de a Autarquia proceder ao pagamento de algumas das dívidas constantes do PSF, até a obtenção do visto do TC.

Durante o ano de 2013, foi efetuada uma amortização extraordinária ao empréstimo de Saneamento Financeiro, no montante de 7.960,81€, resultante do aumento da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis, decorrente do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constantes do Decreto - Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, conforme n.º 4, do artigo 96.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2013).

Face à aprovação e contratualização do referido empréstimo, o Município encontra-se obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias ao cumprimento do referido plano, durante a vida do empréstimo de médio e longo prazos, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º, do Decreto - Lei n.º 38/2008, de 7 de março, dando de seguida a conhecer a análise do grau de cumprimento.

2. O Empréstimo de Longo Prazos

Em reunião de 4 de junho de 2010, a Câmara Municipal de Mesão Frio deliberou contratar um empréstimo de longo prazo no valor de 4.900.000,00€ com o objetivo principal de consolidação dos passivos financeiros do Município, no âmbito do artigo 40.º, da Lei das Finanças Locais (Decreto - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro).

O empréstimo contratado apresentava as seguintes características:

- **Montante de Empréstimo a Contratar:** 4.900.000,00€;
- **Finalidade:** Empréstimo de Longo Prazos no âmbito do art. 40.º, do Decreto - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com o objetivo principal de pagamento de dívidas a terceiros;
- **Prazo do Empréstimo:** 12 anos;
- **Período de Carência de reembolso de Capital:** 3 anos;
- **Taxa de Juro Indexante:** Taxa de Juro variável, relativa à Euribor a 6 meses, base 360 dias;
- **Reembolso de Capital/Pagamento de Juros:** Prestações Mensais Constantes;
- **Aprovado pela Assembleia Municipal:** A 22 de setembro de 2010;
- **Aprovado pelo Tribunal de Contas:** A 6 de dezembro de 2010;

Conforme se pode comprovar pela tabela 1, foram realizadas até ao dia 30 de novembro, quatro disponibilizações de capital, a 1.ª tranche em 17 de dezembro de 2010, a 2.ª tranche a 29 de dezembro de 2010, a 3.ª tranche em 7 de março de 2011 e a 4.ª tranche em 29 de novembro de 2011. No entanto, a Autarquia procedeu à 1.ª amortização do empréstimo no montante de 68.065,29€, e 2ª amortização extraordinária no montante de 7.960,81€, perfazendo assim um total de capital utilizado de 4.539.601,70€.

UTILIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO			
DATA	DESCRIPTIVO	DISPONIBILIZAÇÃO	SALDO
14-12-2010	Empréstimo n.º 050112442		4.900.000,00 €
17-12-2010	Disponibilização da 1.ª Tranche	4.000.000,00 €	900.000,00 €
29-12-2010	Disponibilização da 2.ª Tranche	500.000,00 €	400.000,00 €
07-03-2011	Disponibilização da 3.ª Tranche	76.500,00 €	323.500,00 €
12-05-2011	Amortização	68.065,29 €	391.565,29 €
29-11-2011	Disponibilização da 4.ª Tranche	39.127,80 €	352.437,49 €
30-12-2013	Amortização*	7.960,81€	360.398,30€
TOTAL UTILIZADO		4.539.601,70 €	

Tabela 1

*Conforme disposto no n.º 4, do artigo 96.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei Orçamento de Estado para 2013).

No que respeita à execução das disponibilizações que se consubstancia na liquidação dos compromissos inscritos no PSF, refletimos na tabela abaixo apresentada o seu impacto patrimonial, devidamente atualizado com a efetivação dos pagamentos.

Exemplificando:

CONTA PATRIMONIAL	DESCRIPTIVO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
	Montante Contratualizado			4.900.000,00 €
22.1	Fornecedores Conta Corrente		1.067.292,20 €	3.832.707,80 €
24.5	ADSE		579.783,42 €	3.252.924,38 €
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado		1.579.266,26 €	1.673.658,12 €
26.1.2	Locação Financeira		37.600,77 €	1.636.057,35 €
26.8	Outros Credores Diversos		1.283.619,86 €	352.437,49 €
TOTAL PAGO			4.547.562,51 €	

Tabela 2

3. Análise Económica e Financeira

A presente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais como o Balanço, a Demonstração de Resultados e ainda, a evolução do Endividamento Líquido Municipal.

Os mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

3.1 Balanços

O Mapa I, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município, em diversos momentos de tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município, numa determinada data, normalmente o fim de exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o ativo e as suas formas de financiamento, recorrendo a fundos próprios ou a capital alheios correspondentes ao passivo). No presente relatório evidenciaremos os valores relevantes do Balanço real a 31/12/2013 face ao Balanço do PSF previsto para o mesmo ano civil.

Ao nível do Ativo verifica-se um aumento face ao previsto inicialmente no PSF no montante de 1.004.701,05 €, pelo facto de não se ter contemplado os movimentos relativos aos Acréscimos e Deferimentos, bem como, a inexistência de Dívida de Terceiros.

Relativamente ao Passivo verifica-se que este apresenta um valor acima do previsto no PSF, não pelo aumento do valor da dívida de curto prazo, conforme se pode comprovar no Mapa I, mas pelo facto dos movimentos efetuados no âmbito dos acréscimos e diferimentos, nomeadamente, pelos proveitos diferidos.

MAPA I
Balanços

	Previsional PSF	Real
	2013	2013
<u>Ativo Líquido</u>		
Bens do Domínio Público	7.161.375,00 €	7.470.752,51€
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00€
Imobilizações Corpóreas	10.542.704,00 €	10.139.760,92€
Investimentos Financeiros	99.754,00 €	99.754,00€
Existências	7.500,00 €	46.464,98€
Dívidas de Terceiros	10.000 €	607.315,83€
Títulos Negociáveis	0,00 €	0,00€
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	194.000,00 €	259.724,13€
Acréscimos e Diferimentos	0,00 €	396.261,68€
Total do Ativo	18.015.333,00 €	19.020.034,05
<u>Fundos Próprios e Passivo</u>		
Fundos Próprios		
Património	3.565.073,00 €	3.565.073,37€
Reservas Legais	132.326,00 €	132.326,15€
Reservas Livres	57.253,00 €	57.253,15€
Resultados transitados	-1.611.176,00 €	-622.626,71€
Resultado Líquido em exercício	-138.361,00 €	-1.712.579,10€
Total Fundos Próprios	2.005.116,00 €	1.692.852,86
<u>Passivo</u>		
Provisões Outros Riscos e Encargos		
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos	8.006.000,00 €	7.936.504,03€
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Empréstimos de Curto Prazo	0,00 €	0,00€
Fornecedores C/C	123.847,00 €	221.033,10€
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	0,00 €	0,00€
Fornecedores do Imobilizado c/c	164.000,00 €	129.507,61€
Fornecedores do Imobilizado - Faturas. Receção e Cor.	0,00 €	0,00€
Estado e Outros entes Públicos	125.000,00 €	68.187,88€
Outros Credores	197.000,00 €	138.919,75€
Fornecedores de Imobilizado com Caução	380.000,00 €	184.290,46€
Acréscimos e Diferimentos	7.014.370,00 €	8.648.738,36€
Total do Passivo	16.010.217,00 €	17.327.181,19€
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	18.015.333,00 €	19.020.034,05 €

3.2 Demonstração de Resultados

O Mapa II, apresentado de seguida, reflete as Demonstrações de Resultados e analisa a evolução dos respetivos custos, proveitos e resultados, tendo em consideração as tendências “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas sofreram face ao previsto no PSF, para o ano de 2013.

Mapa II

Demonstração de Resultados

	Previsional 2013	Executado 2013
Custos e Perdas		
61 Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	81.482,64 €	67.791,62€
62 Fornecimento e Serviços Externos	1.385.082,00 €	1.378.929,67€
64 Custos com o Pessoal	2.414.034,00 €	1.841.334,96€
63 Transferências e Subsídios. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	258.193,00 €	154.635,06€
66 Amortizações do Exercício	1.536.960,00 €	2.693.460,58€
67 Provisões do Exercício	1.132,00 €	98,51€
65 Outros Custos Operacionais	130.000,00 €	18.526,79€
(A)	5.806.884,00 €	6.154.777,19€
68 Custos e Perdas Financeiras	50.000,00 €	223.325,63€
(C)	5.856.884,00 €	6.378.102,82€
69 Custos e Perdas Extraordinárias	12.500,00 €	62.688,58€
(E)	5.869.384,00 €	6.440.791,40€
Resultado Líquido do Exercício	- 138.361,00 €	-1.712.579,10
(X)	5.731.022,00 €	4.728.212,30€
Proveitos e Ganhos		
71 Vendas e Prestações de Serviços		
7111 Vendas de Mercadorias		
7112 + 7113 Vendas de Produtos	334.903,00 €	257.600,46€
712 Prestações de Serviços	424.914,00 €	337.739,48€
72 Impostos e Taxas	501.415,00 €	500.034,26€
(a) Variação da Produção		
75 Trabalho para a Própria Entidade	0,00 €	0,00€
73 Proveitos Suplementares	10.000,00 €	7.614,53€
74 Transferências e Subsídios Obtidos	4.458.791,00 €	3.317.202,48€
76 Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00€
(B)	5.730.022,00 €	4.420.191,21€
78 Proveitos e Ganhos Financeiros	1.000,00 €	418,33€
(D)	5.731.022,00 €	4.420.609,54€
79 Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00 €	307.602,76€
(F)	5.731.022,00 €	4.728.2012,30€
(B) - (A) Resultados Operacionais	-76.861,00 €	-1.734.585,98
(D-B) - (C-A) Resultados Financeiros	-49.000,00 €	-222.907,30€
(D) - (C) Resultados Correntes	-125.861,00 €	-1.957.493,28€
(F) - (E) Resultado Líquido do Exercício	-138.361,00 €	-1.712.579,10€

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o princípio da especialização do exercício em que os custos, são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos (balanceamento entre custos e proveitos).

A estrutura do Mapa que foi elaborada, apresenta-se em dispositivo vertical, elencando primeiro os custos e depois os proveitos.

Poder-se-á constatar que face ao previsto inicialmente, existe um desvio no resultado líquido de exercício, proveniente essencialmente da não concretização das transferências e subsídios obtidos, entre outros proveitos e ganhos obtidos, que apesar de o Município manter uma política de maximização da receita, imposta pelo PSF, não conseguiu atingir os valores previstos, face à crise económica e financeira que se atravessa.

Não obstante, poder-se-á verificar que a rubrica de custos e perdas diminui face ao inicialmente previsto, dada a política implementada pelo atual Executivo Municipal, na contenção das despesas, apesar de se ter verificado um aumento significativo na conta das “Amortizações do Exercício”, o qual origina o desvio verificado, correspondente à integração/inventariação no Património do Município, de obras findas durante o ano de 2013, nomeadamente a Construção da Biblioteca Municipal, a Aplicação da Camada de Desgaste na Rua do Freixieiro, em Barqueiros, a Aplicação de Tapete Betuminoso no Caminho das Derruídas, Beneficiação da Estrada do Lugar da Quelha à Senhora da Piedade, em Oliveira, Beneficiação da Estrada de Vila Cova, Conclusão e Pavimentação do Caminho Agrícola da Laranjinha, em Vila Marim, Beneficiação da Estrada da Gafaria, Construção de Muros de Suporte do Parque de Estacionamento do Cemitério Municipal.

4. Evolução do Endividamento Líquido

É visível a preocupação do Executivo com o controlo dos défices orçamentais e do endividamento público, obtendo uma diminuição, no excesso da componente de endividamento líquido municipal, desde o início da implementação do PSF, cumprindo assim no exercício do ano de 2013 com o estipulado no n.º 1, do artigo 98.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), o qual refere que o valor de endividamento líquido de cada município em 31 de dezembro de 2013, calculado nos termos da lei n.º2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.º 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro e 3-B/2010, de 28 de abril, não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior, tal como poder-se-á verificar no quadro abaixo exemplificativo.

Data	Limite de Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excecionada	Excesso/Disp.	
	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
	1	2	3	4		5	6=1-3
2010							
	31/12/2010	4.555.469,36€	3.644.375,49€	6.349.728,92€	6.768.602,33€	2.370.511,91€	-1.794.259,56€
2011							
	31/12/2011	4.416.565,46€	3.533.252,37€	6.125.272,05€	6.548.977,58€	2.214.212,80€	-1.708.706,59€
2012							
	31/12/2012	3.843.295,09€	3.074.636,07€	5.407.840,37€	6.305.096,55€	2.056.569,98€	-1.564.545,28€
2013							
	31/12/2013	3.920.193,35€	3.136.154,68€	5.326.998,71€	6.063.862,39€	1.872.641,64€	1.406.805,36€

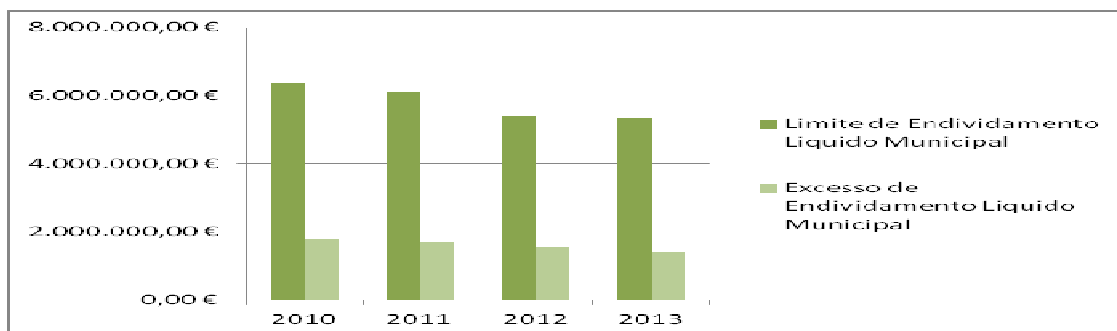
O cálculo do limite de endividamento líquido municipal e de médio e longo prazos, tiveram subjacentes o previsto na legislação abaixo discriminada.

A saber,

- ✓ Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º, do Orçamento de Estado 2011, alterado pela Lei n.º 60-A/2011;
- ✓ Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º, do Orçamento de Estado de 2012;
- ✓ Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º, do Orçamento de Estado de 2013;

Graficamente:

Endividamento Líquido Municipal



Prazo Médio de Pagamento:

Constata-se também a redução do prazo médio de pagamento, desde o início da implementação do PSF, tal como se poderá verificar no quadro abaixo exemplificativo, retirado da aplicação da DGAL.

	31/12/2010	31/12/2012
Prazo médio de pagamento (DGAL) – evolução		
	221 Dias	35 Dias

5. Conclusão

Apesar de o Município de Mesão Frio apresentar alguns indicadores inferiores aos previstos no PSF, a situação financeira atual das contas municipais obriga que o executivo, não só, dê continuidade às medidas de saneamento financeiro previstas e que são exigidas (após o visto do Tribunal de Contas), durante toda a vida do empréstimo (de acordo com o n.º1 e 2 do artigo 4.º do referido DL) como também, esgotar todas as possibilidades e formas legais de recuperação das suas finanças.

Com efeito, a alteração dos pressupostos que serviram de base à elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente, um valor elevado de dívidas surgidas de curto prazo a consolidar, uma redução sistemática das transferências anuais do Estado, uma diminuição de algumas receitas próprias dos Municípios (taxas) e, ainda, o aumento (acima da inflação prevista e real) dos custos unitários dos principais bens e serviços (água, tratamento de efluentes, eletricidade, entre outros), estão a conduzir o Município para uma recuperação mais lenta do que inicialmente previsto do PSF.

Saliente-se que é o próprio Estado que está a dificultar manifestamente essa recuperação financeira porque a LFL não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução, quer das receitas quer dos preços de mercado dos bens e serviços consumidos, principalmente, nos Municípios que têm grande dependência daquelas receitas do Orçamento de Estado, pelo que sem a ajuda da Administração Central a sua atividade operacional ficará, a curto prazo, altamente estrangulada.

Acresce que, devido à grave crise económica e financeira nacional (que provocou a redução das transferências para os Municípios), o Estado veio aumentar os limites de endividamento tentando ignorar a raiz do problema que originou a quase rutura financeira da maioria dos Municípios.

Por outro lado, a Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) que exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis (90 dias), para realizar novas despesas, veio trazer dificuldades financeiras acrescidas aos Municípios.

No entanto, o executivo de Mesão Frio vai continuar a reforçar as medidas económicas e financeiras, que incluem um controlo rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e comparticipados), para que seja atingido, o mais breve possível, o equilíbrio das finanças municipais.